

Artigos

Entre Nós e Eles: explorando processos de falha e permanência da nação

Bruna Bandeira Soares*

Resumo

Em detrimento de suas sucessivas falhas e discontinuidades, a nação perdura enquanto projeto político e objeto de identificação coletiva, atravessando os parâmetros através dos quais pensamos o mundo. Por que a nação se mantém enquanto o principal objeto de identificação e organização do que chamamos de âmbito internacional, e onde podemos localizar os indivíduos e suas agências, bem como seus desejos por esse objeto, em sua permanência? No presente artigo, busco responder ou apontar caminhos possíveis para pensar essas questões, partindo da literatura de Relações Internacionais acerca do “problema da diferença” que elucidada o papel produtivo das dicotomias que embasam a concepção da nação e suas fronteiras. Por fim, em sua segunda e última seção, o artigo elabora a temática de afetos e emoções em RI, visando lançar luz sobre o fenômeno da permanência da nação através de um olhar atento às respostas e promessas afetivas evocadas por ela.

Palavras-chave: Nação; fronteira; dicotomia; Relações Internacionais

Between us and them: exploring the nation’s processes of failure and permanence

Abstract

Despite its successive failures and discontinuities, the nation endures as a political project and an object of collective identification, shaping the very parameters through which we think about the world. Why does the nation remain as the main object of identification and organization of what we call the international sphere, and where can we locate individuals and their agencies, as well as their desires for this object, in that permanence? In this article, I seek to answer or point out possible pathways for thinking about these questions, drawing from the literature of International Relations regarding the “problem of difference”, which elucidates the productive role of the dichotomies that underlie the conception of the nation and its borders. Finally, in its second and final section, the article elaborates on the theme of affections and emotions in IR, aiming to shed light on the phenomenon of the nation’s permanence through an attentive look at the affective responses and promises evoked by it.

Keywords: Nation; border; dichotomy, International Relations

** Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bbsoares98@hotmail.com

A nação, enquanto projeto político e objeto de identificação coletiva, permeia e atravessa não apenas o campo de Relações Internacionais e demais sub áreas da ciência política, mas os próprios parâmetros ontológicos e conceituais através dos quais pensamos o mundo, de forma a se tornar um objeto do qual é difícil escapar apesar de suas inúmeras falhas e descontinuidades. No presente artigo, busco conduzir uma exploração acerca dos processos de falha e permanência da nação em duas etapas: primeiro, olhamos para suas promessas não cumpridas através de uma reflexão teórica acerca do “problema da diferença” (INAYATULLAH, BLANEY 2004), onde fronteiras e muros performáticos¹ buscam conter o “fora”, repleto de outros, enquanto fantasiam preservar o “dentro”, onde também há descontinuidades. Já na segunda seção, viso refletir sobre a permanência da nação, mesmo em face a todos os seus insucessos e inconsistências, explorando sua pressuposta ou almejada congruência com o conceito de soberania, bem como as respostas e promessas afetivas evocadas por ela. Em outras palavras, por que ela se mantém enquanto o principal objeto de identificação e organização do que chamamos de âmbito internacional, e onde localizamos as implicações dos indivíduos, bem como seus desejos por esse objeto, em sua permanência? Para tentar responder a essas perguntas, mobilizo parte da bibliografia da área de Relações Internacionais, focando fundamentalmente no eixo temático da nação, bem como no debate acerca do “problema da diferença” (INAYATULLAH, BLANEY 2004) que abarca consigo fronteiras tanto físicas como simbólicas e, por fim, a temática da circulação de emoções em RI e as formas como estas atravessam a política através de sujeitos cujos investimentos afetivos fundamentalmente constroem mundos.

O problema da diferença

Partindo de sua literatura mais clássica à mais contemporânea, o estudo de Relações Internacionais frequentemente apresenta uma profunda correlação com dicotomias de domínios opostos, sejam eles definidos em termos de geografia, cultura ou quaisquer outras categorias de diferenciação. Como bem argumenta Walker (1993), a distinção entre dentro e fora marca a separação entre a política

doméstica e a internacional não apenas territorialmente, mas também socialmente. Desta forma, o “dentro” vem a representar segurança, coesão e soberania, enquanto o “fora” representa a anarquia reminescente ao estado de natureza hobbesiano, fundamentalmente violento e ameaçador. De acordo com o autor,

A imagem de linhas limpas, no entanto, prevalece como uma ambição reguladora da vida política moderna. Nós pertencemos aqui. Você pertence lá. Eles pertencem a outro lugar. Podemos deixá-lo entrar. Eles serão mandados para casa. Todos devem conhecer seu lugar, não apenas nas hierarquias de status, classe e ordem social, mas literalmente no espaço horizontal ou territorial. (Walker 2006, pág. 57, tradução minha)²

Partindo desse pressuposto, algumas questões indeclináveis surgem para compor o contexto teórica e empiricamente complexo da nação enquanto objeto de identificação que perdura através do tempo em detrimento de suas falhas e inconsistências: primeiro, é necessário pensar sobre o “outro”, bem como quais são os imaginários e emoções que agem sobre sua concepção e reificação. A segunda questão, que elaboro mais adiante, é a da fronteira que almeja separar o “dentro” do “fora” e, conseqüentemente, o “eu” do “outro” que lá habita. Em outras palavras, como podemos compreender essa demarcação de lugares físicos e simbólicos, no cerne da qual está o “problema da diferença”? Certamente, muitos caminhos são possíveis; aqui, procuro apresentar alguns.

O primeiro ponto que visio elaborar nesta seção é, portanto, a concepção de um “outro” e a sua relevância para pensarmos a nação. Nesse sentido, é importante ressaltar que se por um lado o imaginário de dentro/fora há muito construído e reiterado nas RI não é ideal e carrega consigo profundas problemáticas, o uso dele aqui não busca reafirmá-lo, mas explorá-lo na forma em que esse modo de visualização do internacional limita nossa imaginação política, ao mesmo tempo em que a compõe e fundamenta. Em outras palavras, se por um lado outras formas de imaginar mundo devem e podem ser possíveis, uma exploração mais detalhada da forma (ainda que enviesada e problemática) como ele geralmente é pensado ainda importa, como ferramenta para problematizar e mesmo superar essa visão. Dito isso, é inegável que a concepção vigente exprime um mundo dividido entre esferas opostas com demarcações espaciais claras produtoras de dicotomias

familiares ao estudo das RI, como “dentro/fora”, “doméstico/global”, “nacional/internacional”, “nós/eles”, etc.

Abordando essa questão de um ponto de vista teórico, localizamos um padrão que permeia e, em certa medida, fundamenta a forma como o campo de Relações Internacionais é estruturado. Para compreender esse legado, é elucidativo pensar as bases tradicionais e eurocentradas da disciplina e sua falha em confrontar o problema da diferença. Sobre esse ponto, Inayatullah e Blaney (2004, p. 2) colocam que a interpretação vigente serviu para cegar a disciplina para respostas criativas à diferença, de forma que o discurso intelectual não desafiou, mas veio a reforçar uma interpretação da diferença enquanto aberração perigosa das normas de estabilidade, segurança e ordem e, conseqüentemente, a teoria e a prática visaram conter, domesticar ou destruí-la em prol de um ideal homogeneizante. Nesse sentido, os autores (2004, p. 4) vislumbram uma teoria internacional crítica como solução para o desafio de revelar as possibilidades alternativas escondidas pelos entendimentos convencionais de Relações Internacionais, buscando então um posicionamento crítico em relação à teoria e prática convencionais. Dito isso, e visando conduzir uma exploração crítica precisamente desta teoria que embasa o projeto nacional e suas falhas, um bom exemplo preliminar é o imaginário hobbesiano do estado de natureza, condição entendida pelo autor como primária ao ser humano e atravessada constantemente pelo medo da morte violenta. Sob essa teoria contratualista repleta de suposições acerca da natureza humana e hoje extensivamente contestada nas RI, o contrato social representa um acordo entre homens que anseiam por segurança e coesão, cujas vidas e liberdades o Estado então passaria a resguardar através do consentimento dos indivíduos e do monopólio da violência legítima. O âmbito interno, então, é criado através da nação.

Ainda que breve, essa contextualização de uma das obras teóricas clássicas e introdutórias do campo das RI é esclarecedora de maneira quase metafórica ao descrever um imaginário que perpassa o entendimento convencional acerca do internacional como uma esfera de exceção, violência e anarquia, que por sua vez justifica a criação de uma esfera doméstica e supostamente coesa, possibilitando a segurança daqueles que a ela pertencem. A questão do pertencimento, aqui, é

chave: à medida em que a diferença permanece como problema, o imaginário dicotômico se expande e complexifica, podendo inspirar e servir de aval para processos de exclusão onde alguém se torna “outro”, aquele que não pertence. Desta forma, um leque de possibilidades sócio-políticas se abre, a partir do qual é possível explorar como a diferença vem a ser compreendida como uma relação dialética entre razão e desrazão, norma e exceção ou afirmação e negação, relação esta que pode ser (e com frequência é) levada à condição limite em que linhas são traçadas e a violência é julgada como necessária (WALKER 2006, p. 61).

É possível concluir então que é através dessa diferença e, fundamentalmente, do medo dela, que se torna possível o governo exercido pelo Estado, como bem elucidada Ahmed (2014):

Nesse modelo, o medo funciona como um imperativo para a formação do governo: o medo seria o “custo” da anarquia e a promessa da sociedade civil é a eliminação do medo. Como tal, os sujeitos consentem em ser governados: abrem mão da liberdade para se libertar do medo. Em ambos os modelos, o medo funciona como uma tecnologia de governança: o poder soberano ou usa o medo para fazer os outros consentirem com esse poder, ou a sociedade civil promete proteção e a eliminação do medo para garantir o consentimento. (pág. 71, tradução minha)³

Essa colocação nos leva a um ponto importante acerca da figura do outro e a dimensão identitária e subjetiva, ou mesmo emotiva, evocada por ela, e que requer maior elaboração: isso porque, seguindo essa linha argumentativa, o medo se torna elemento fundamental para a compreensão das dicotomias constitutivas do internacional e, conseqüentemente, da nação. Assim, corpos são regulados no espaço através de uma distribuição desigual do medo, que permite que esses espaços se tornem territórios que são reivindicados de maneira legítima por alguns corpos e não outros (AHMED 2014, p. 70). Aqui, a questão do pertencimento, ou a falta dele, para determinados indivíduos, surge novamente como critério de organização do espaço, tanto físico como simbólico, da nação. Para finalizar essa primeira reflexão, então, é preciso pensar o outro e o seu não-pertencer, bem como as respostas afetivas evocadas por essa figura. Em outras palavras, se teoricamente assumimos que a promessa fundamental da nação é a erradicação do medo, há uma quebra importante nessa promessa se pensarmos que o medo do outro, sintomático de um mundo profundamente dicotômico, permanece apesar

dela. Dito isso, Ahmed (2014) é novamente elucidativa em sua elaboração acerca das sobreposições entre política e emoção ao argumentar que:

O medo cria o próprio efeito de ‘aquilo que eu não sou’, ao fugir de um objeto que, no entanto, ameaça quando passa ou é deslocado. Nessa medida, o medo não envolve a defesa de fronteiras já existentes; antes, o medo *faz* essas fronteiras, estabelecendo objetos dos quais o sujeito, ao temer, pode fugir. (AHMED 2014, p. 67, tradução minha, ênfase adicionada)⁴

A partir dessa colocação, o debate sobre os outros à nação é complexificado, na medida em que estes se tornam condição para sua existência, ainda que negados e interditados por ela tanto em suas fronteiras como em seu interior. As categorias “nós” e “eles”, portanto, constituem-se mutuamente.

Por fim, e visando introduzir preliminarmente a segunda questão que propus desenvolver nesta seção acerca das fronteiras que decorrem do processo de demarcação da nação, também é preciso falar brevemente sobre o conceito de ameaça. Isso porque aqui entendo o medo como não sendo uma simples consequência da “objetividade” de ameaças e perigos (AHMED 2014, 68); pelo contrário, a dimensão interpretativa das ameaças é um elemento chave para pensar criticamente a segurança e Relações Internacionais, bem como aquilo que causa medo ou aversão e por quê. Como referência, tomo Campbell (1998) e seu argumento de que o perigo não é uma condição objetiva, e, portanto, não existe independentemente daqueles para quem ele pode vir a se tornar uma ameaça (CAMPBELL 1998, p. 1). Isso não significa que não existam perigos e riscos, mas o ponto principal da colocação do autor é que nem todos os riscos vêm a ser interpretados como perigos, e esse processo de interpretação não depende da incidência de fatores “objetivos” para sua veracidade (1998, p. 2). Desta forma, se o “dentro” e o “fora” da nação constituem um ao outro, aquilo que vem de fora e, portanto, é marcado por seu não-pertencer recebe essa marca precisamente porque é interpretado enquanto tal, e não necessariamente por que essa é uma condição objetiva e inerente sua.

Esse ponto nos leva à segunda questão desta seção em que elaboro acerca das falhas e inconsistências da nação: a fronteira, enquanto local físico e simbólico, que almeja separar o “dentro” do “fora” e, conseqüentemente, o “eu” do “outro” que lá habita. Nesse sentido, Inayatullah e Blaney esclarecem: “a comunidade política

limitada constrói (e é construída) pelo outro. Além de seus limites, o outro espreita como uma ameaça perpétua na forma de outros estados, grupos antagônicos, mercadorias importadas e ideias estrangeiras”. (INAYATULLAH, BLANEY 2004, p. 6, tradução minha)⁵. Pensando essa afirmação em termos práticos,

Aqui, a figura hiperbolizada do imigrante é especialmente potente, onde o terrorista se funde com o ladrão de empregos, criminoso e vagabundo do bairro, e onde, inversamente, falsas promessas de potência econômica restaurada se misturam com falsas promessas de supremacia racial e de gênero restaurada. (BROWN 2018, p. 69, tradução minha)⁶

O ponto feito por Brown é importante, na medida em que nos remete às falhas do projeto nacional, cujas promessas frequentemente encontram-se imbricadas com a supremacia de determinados grupos e, conseqüentemente, com a opressão sistemática de outros. A coesão da nação, que promete uma esfera resguardada repleta de imagens remetentes à segurança e a ideais familiares, é uma promessa forte, que logo nos remete às barreiras (físicas ou não) que são erigidas em seu nome. Ainda de acordo com Brown (2018, p. 68), quando a nação é familiarizada dessa maneira, ela se torna legitimamente iliberal em relação àqueles designados como internos aversivos ou “outros” invasores vindos de fora, e princípios democráticos de universalidade, igualdade e abertura logo são descartados. Nesse contexto, a autora coloca que a liberdade passa a ser garantida ou limitada através de muros, portões, sistemas de segurança e sinais de não invasão, que se tornam significantes de liberdade ao demarcar o privado do público, o protegido do aberto, o familiar do estranho, o possuído do comum.

Assim, através da temática das fronteiras e demais barreiras enquanto práticas político e sócio-materiais de contenção e exclusão, retornamos a Walker quando o autor coloca que

Quase todas as questões difíceis do nosso tempo convergem, portanto, para o *status* das fronteiras: das fronteiras, das distinções, das discriminações, das inclusões, das exclusões, dos começos, dos fins, das limitações e das exceções, e da sua autorização por sujeitos sempre suscetíveis de inclusão ou exclusão pelas fronteiras que são persuadidos a autorizar. (WALKER 2006, p. 57, tradução minha)⁷

É válido notar que a demarcação do espaço da nação converge apenas teoricamente com sua promessa de contenção e resguardo da suposta coesão interna, considerando que fronteiras e muros frequentemente falham enquanto

política de segurança e, além disso, não contemplam o “problema da diferença” no âmbito interno. Ao fazer promessas para alguns e não outros, é possível deduzir que a nação falha para com ambos, e as barreiras físicas que separam dentro e fora frequentemente adotam um papel mais performático do que propriamente pragmático. Nesse sentido, as barreiras e fronteiras projetam poder e eficácia que não exercem e não são capazes de exercer, e acabam por consagrar a própria corrupção, contestação ou violação das fronteiras que pretendem fortalecer (BROWN 2010, p. 24).

Para além disso, as distinções entre o grupo pertencente e o “outro” também são um ponto de falha e contestação. Se por um lado as barreiras físicas parecem corrigir distinções vacilantes entre nós e eles, dentro e fora, lei e não lei, com um ícone visual singularmente marcante dessas distinções, sendo assim meios incomparáveis de significar uma divisão entre nós e eles, entre o nosso espaço e o deles, entre o interior e o exterior, o doméstico e o internacional (BROWN 2010, p. 104), por outro lado, é relevante notar suas falhas, inclusive em abordar “outros” endógenos e a dificuldade em conciliar identidades e projetos políticos conflitantes dentro da própria nação, que divergem de seu ideal primordial de coesão e congruência com o Estado. Ahmed (2014, p. 134) elucida, por exemplo, como o multiculturalismo é ocasionalmente visto como uma ameaça à segurança: aqueles que adentram a nação “podem ser” terroristas, e essa característica de “poder ser” (no original, “*could-be-ness*”) leva à demanda por fiscalização e vigilância desses indivíduos que já são reconhecíveis enquanto estranhos.

Nesta seção, procurei abordar duas questões acerca das descontinuidades e falências do projeto nacional, direcionando primeiramente o enfoque para a concepção daqueles que não pertencem a ela e os sentimentos evocados por esse imaginário onde aqueles que vem de fora são interpretados enquanto ameaça, ao mesmo tempo em que esse medo é mobilizado como tecnologia de governança para validar a manutenção do âmbito doméstico como é entendido. Em segundo lugar, abordei a questão da fronteira que almeja separar o “dentro” e “fora” e o seu caráter performático que interage com o imaginário de um mundo dicotômico e seu internacional anárquico, concluindo assim o quão profundamente as categorias de “eu” e “outro” encontram-se imbricadas em meio ao projeto nacional, constituindo-

o. Para conduzir o restante deste artigo, a próxima seção tem como enfoque a nação e sua permanência. Em outras palavras, se até então exploramos o medo do outro enquanto fundamental para a governança e o próprio projeto nacional, aqui o amor à nação é teorizado como o contraponto a esse medo, e pode nos levar a um entendimento preliminar acerca da permanência dela, apesar de suas falhas.

Nação e permanência

Se o projeto nacional é marcado por sucessivos insucessos, o que justifica a sua perseverança? Tomando como pressuposto a subjetividade enquanto força motriz num contexto sócio-político (MANDELBAUM 2020, 51), alguns caminhos são possíveis para abordar essa questão: nesta seção, pretendo tentar respondê-la desenvolvendo a temática do amor à nação elaborada por Ahmed. Em seguida, viso questionar a permanência acarretada por essa resposta afetiva à nação, traçando caminhos para explicá-la que tocam em conceitos-chave como os ideais de congruência e homogeneidade da nação, embasados pelo conceito de fantasia⁸, de forma que reencontramos a dimensão da subjetividade humana como um elemento inegavelmente sócio-político.

Dito isso, se na seção anterior pudemos explorar a figura do “outro” que justifica a nação e suas fronteiras ao mesmo tempo em que as constitui, perguntarmo-nos sobre a permanência desse projeto requer olhar também para o seu interior e o que ele evoca naqueles que supostamente pertencem à nação. Em outras palavras, dar as costas ao objeto do medo também envolve virar-se em direção ao objeto do amor, que se torna uma defesa contra a ameaça de morte representada pelo primeiro; é este medo que mantém viva a fantasia do amor enquanto preservação da vida, ainda que de forma paradoxal, ao anunciar a possibilidade da morte (AHMED 2014, p. 68). Nesse sentido, o próprio investimento afetivo desses indivíduos no ideal da nação pode ser entendido como fundamentalmente dependente daqueles que estão fora do que ela tem para si enquanto ideal: segundo Ahmed, o amor pela nação está profundamente atrelado à forma como determinados corpos a habitam em relação a um ideal (2014, p. 133), e é através da identificação com esse ideal que os indivíduos se alinham a

coletividades, alinhamento este que depende da existência de outros que teriam falhado esse mesmo ideal (2014, p. 124). Partindo desse argumento, um possível rumo para investigar a permanência da nação é pensar as formas como indivíduos se alinham a coletividades, dentre as quais podemos considerá-la enquanto objeto de identificação que perdura através do tempo. Esse é um ponto elaborado por Hook (2017, p. 10) em torno do conceito de gozo ou *jouissance*, onde o autor argumenta que coletividades partilham fantasias sobre si mesmas (sobre o que é mais precioso sobre elas próprias ou o que as ameaça, por exemplo), o que as leva a experimentar *jouissance* em conjunto, de forma que:

Não haveria sensibilidade grupal coesa viável sem essas fantasias e modos de gozo compartilhados – haveria apenas um conjunto desagregado de indivíduos. O que quer dizer que as fantasias, como os modos de gozo que elas enquadram e organizam, são constitutivas de uma coletividade. (HOOK 2017, p. 10, tradução minha)⁹

Esse é um argumento interessante, na medida em que se as fantasias que a nação possui acerca de si mesma são constitutivas de suas coletividades, e o amor à nação abordado anteriormente faz parte dessa fantasia, podemos começar a compreender por que esses investimentos afetivos não são necessariamente abalados pelos sucessivos fracassos do projeto nacional. Em outras palavras, insucessos e contradições não desestabilizam fantasias porque elas trabalham e existem ao nível do desejo, e não ao nível da consistência lógica (EBERLE, 2017).

Entretanto, visando evitar generalizações e uma abordagem superficial do tema, alguns questionamentos acerca dessas coletividades inseridas dentro do contexto nacional, que não são homogêneas, ainda se fazem necessários. Isto é, se concebemos, como mencionado na seção anterior, a existência de “outros internos”, também é preciso investigar criticamente os ideais de congruência entre Estado e nação e de homogeneização cultural. Nesse sentido, Mandelbaum (2020, p. 43 e 47) argumenta que ambos são conceitos que devem ser analisados como um projeto construído social discursivamente na modernidade com o suposto objetivo de trazer crescimento e progresso nacionais. Esses projetos de congruência e homogeneização, segundo o autor, são uma fantasia que foi construída como elemento constitutivo da própria modernidade (2020, p. 50), e sua investigação crítica requer tomar a congruência Estado/nação não como fato consumado, mas

como um ideal impossível que envolve um leque de práticas que estão sempre em processo e, por fim, sempre falhando (2020, p. 43). Isso se dá porque os mecanismos de congruência e a homogeneização buscam preencher uma lacuna de identidade e de sentido entre os indivíduos (p. 43) e, sendo este um ideal impossível, encontram-se destinados a fracassar sucessivamente¹⁰. Em outras palavras, podemos concluir que a nação e suas fantasias constitutivas (de congruência, homogeneidade, coesão, etc) prometem uma completude que não é praticável ou factível, mas que opera fortemente sobre determinados anseios dos sujeitos independentemente disso. Essa impraticabilidade do alcance à completude, ou de realização da fantasia, por sua vez, se dá pela própria concepção do sujeito fundamental e ontologicamente “em falta” (no original, “*lacking*”) que o autor assume, partindo de uma leitura lacaniana do tema: “o sujeito lacaniano está ontologicamente em estado de falta, vazio de identidade coesa e fixa e, portanto, em uma busca contínua de preencher esse vazio, de superar a impossibilidade de identidade” (STAVRAKAKIS 1999, p. 13-47, citado em MANDELBAUM 2020, p. 51)¹¹. Desta forma, a força afetiva do nacionalismo reside precisamente na promessa de estabilizar o próprio sujeito e resgatar sua plenitude, completude e unidade, independentemente de essas características algum dia haverem existido entre esses indivíduos ou não.

Por fim, outro elemento importante no que diz respeito às fantasias da nação, para além da sua suposta capacidade de prover estabilidade e completude, ainda requer exploração. Mandelbaum (2020) coloca, nesse sentido, outra operação fundamental e que nos remete à seção anterior: almejando justamente a sustentação dessa promessa constantemente frustrada, é comum que um obstáculo ao cumprimento dela seja identificado, no qual são projetadas as respectivas inconsistências, instabilidades e contradições da nação. Esse obstáculo, por sua vez, pode ser localizado na figura do outro, seja ele interno ou externo. Para fins de exemplificação, a questão da diferenciação racial é elucidativa, como bem coloca Hook:

[...] a ameaça que se pensa que o *outro racializado* representa é invariavelmente definida em relação aos ideais do ego de uma dada sociedade, àqueles valores simbólicos pelos quais os membros da sociedade estão dispostos a viver e morrer. Dito de outra forma, o gozo racista desempenha seu papel no trabalho simbólico de consolidação de uma

comunidade, de garantia de uma espécie de identidade. (HOOK 2017, p. 10, ênfase adicionada, tradução minha)¹²

Por esse ângulo, é interessante pensar os processos através dos quais a nação continua a ser reificada e reiterada através de suas fantasias, que envolvem promessas de completude e homogeneidade, ao mesmo tempo em que culpabilizam outros por sua incapacidade de cumpri-las, reafirmando continuamente as dicotomias que possibilitam e constituem o projeto nacional em si. A nação, em outras palavras, depende e reitera essas dicotomias, de forma que a imagem de linhas claramente demarcadas entre esferas e indivíduos distintos prevalece como uma ambição normativa da vida política moderna (WALKER 2006, p. 57).

Desse modo, a aversão ao outro, bem como o amor à nação, são constitutivos dela através das fantasias que concebem sobre seus respectivos objetos. E, se por um lado entendemos que não haveria coletividade sem fantasias e modos de obtenção de *jouissance* compartilhados (HOOK 2017, p. 10), esses mesmos modos trazem consigo um conjunto tácito de regras sobre quem pode desfrutar dessa *jouissance* compartilhada, como podem fazê-lo, em que circunstâncias e, o mais importante, quem não pode fazê-lo (HOOK 2017, p. 12). Essa divisão de quem pode usufruir ou pertencer à nação, por sua vez, pode ser teorizada e analisada através de diversas lentes, o que quer dizer que a produção de “outros” por um grupo ou identidade dominante é um processo multifacetado, atravessado por sistemas de opressão que se interligam e sobrepõem. Hall (2017, p. 82-83), por exemplo, conceitua raça enquanto um sistema discursivo para a produção de outros, que opera através da patologização e fetichização do outro em termos corpóreos. Entretanto, diversas lentes de análise são possíveis, bem como a sobreposição delas, para analisar e contestar o “problema da diferença” em suas dimensões de raça, etnia, gênero, sexualidade, dentre outros sistemas de opressão que perpassam o âmbito nacional e social de uma maneira geral, com especificidades históricas e regionais específicas. Dito isso, se por um lado é elucidativo compreender alguns ideais nacionais enquanto fantasias que se encontram imbricadas com sistemas de dominação em diversos níveis, é relevante notar que essas ideias e conceituações de uma coletividade imaginada não devem ser descartadas como tal, ou seja, como imaginadas, ou meramente institucionalizadas por meio de práticas, instituições e/ou hábitos pois, para além disso, a fantasia da

unidade nacional é aquela que constrói e torna a realidade possível – uma realidade que é contingente e na qual a sociedade, a nação, “nós” é tudo menos um simbolismo homogêneo (MANDELBAUM 2020, p. 54). Em outras palavras, ainda que a nação enquanto objeto de identificação se ancore em fantasias e imaginários que apelam à subjetividade individual e coletiva, essa dimensão se reifica e reafirma continuamente enquanto produtora da realidade tal como a compreendemos e, portanto, requer análise cautelosa para a exploração de seu potencial explicativo e potencialmente transformador.

Conclusão

Nas seções anteriores, propus como objetivo uma exploração do contexto teórico e empiricamente complexo da nação enquanto objeto de identificação que perdura através do tempo em detrimento de suas falhas e inconsistências, buscando apresentar caminhos para melhor compreender os processos de falha e permanência do projeto nacional. A partir desse enquadramento, alguns elementos fundamentais surgem: (i) a figura do “outro”, representativa de um imaginário dicotômico atravessado por distinções claras entre “nós” e “eles”, pertencentes e não pertencentes, habitantes legítimos e invasores. Ainda inserida nesse contexto divisivo, (ii) a fronteira enquanto local físico e simbólico, frequentemente marcado por barreiras físicas cujo papel de controle ou interrupção de fluxos é complementado por seu aspecto performático, onde elas se manifestam como ícones visuais singularmente marcantes das distinções vacilantes entre nós e eles, dentro e fora, lei e não lei (BROWN 2010, p. 104). Prosseguindo para um segundo momento do debate, a segunda seção trouxe o questionamento acerca da aparentemente improvável permanência da nação em face às suas sucessivas falhas nos leva a uma exploração acerca da dimensão afetiva evocada por suas promessas, onde (iii) o amor a ela é o contraponto à aversão àquilo que está além, desempenhando assim um papel importante na formação de coletividades que se unem em prol de ideais e fantasias, que a nação incorpora e reafirma. Por fim, (iv) os projetos de congruência e homogeneidade concebidos na modernidade (e constitutivos dela), também são um ponto relevante ao nos remeter à figura do

estrangeiro, suscitando questões complexas acerca de quem pertence ou não, quem pode usufruir dos gozos coletivos prometidos por esse projeto, e sob quais circunstâncias.

Através do debate proposto, é possível concluir que o imaginário do internacional marcado por dicotomias permeia o estudo das Relações Internacionais e a própria concepção da nação enquanto objeto de identificação e ideal organizador, supostamente responsável por conter a anarquia do internacional a partir de suas fronteiras ao mesmo tempo em que resguarda uma coletividade supostamente homogênea e coesa em seu interior. Se esse imaginário, entretanto, não se verifica na realidade, onde distinções entre uns e outros tendem a vacilar e esmaecer, é evidente que o projeto nacional é falho e repleto de descontinuidades e inconsistências naquilo que ele promete como ideal. Como explicar, então, a sua resiliência? Aqui, o papel da subjetividade humana oferece alguns caminhos para justificar essa permanência, na medida em que direcionamos o olhar para a forma como indivíduos respondem às fantasias e ideais que compõem a nação, encontrando sentido e pertencimento através delas, ainda que em detrimento da segurança e bem-estar de outros. Desta forma, ao irmos além de justificativas ancoradas apenas pela consistência lógica de uma promessa não cumprida, a esfera da subjetividade pode ser esclarecedora ao trabalhar com elementos como desejo, fantasia e incompletude humanas, bem como os anseios gerados por elas, de forma que mesmo um projeto continuamente falho como o nacional é capaz de perdurar através de investimentos afetivos que direcionam recursos e limitam imaginações políticas ainda que, quando analisados criticamente, resistam à consistência lógica. Em outras palavras, ao reconhecermos a força afetiva da nação, torna-se possível entender também alguns dos motivos pelos quais suas falhas e insucessos não a desestabilizam e podem, inclusive, determinar os processos através dos quais a nação se renova e, fundamentalmente, perdura.

Bruna Bandeira Soares é Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) e Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Veiga de Almeida (UVA).
Contato: bbsoares98@hotmail.com

Artigo recebido em: 28/03/2022

Aprovado em: 03/11/2022

Como citar este texto: SOARES. Bruna Bandeira. Entre nós e eles: explorando processos de falha e permanência da nação. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 08, nº 02, p. 218-234, 2022.

Referências

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014.

BROWN, Wendy. **Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century 'Democracies'**. *Critical Times*, vol.1, n.1 2018.

BROWN, Wendy. **Walled States, Waning Sovereignty**. New York: Zone Books, 2010.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

EBERLE, Jakub. **Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics**. *Journal of International Relations and Development*, 2017.

HALL, Stuart. **The Fateful Triangle**. Race, Ethnicity, Nation. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

HOOK, Derek. **What Is "Enjoyment as a Political Factor"?** *Political Psychology*, Vol. 38, n.4, 2017.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. **International Relations and the Problem of Difference**. New York: Routledge, 2004.

MANDELBAUM, Moran. **The Nation/State Fantasy**. A Psychoanalytical Genealogy of Nationalism. London: Palgrave MacMillan, 2020.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALKER, R. B. J. **The Double Outside of the modern international**. *Ephemera*, vol 6, n.1, 2006.

¹ Ver Brown (2010), que elabora a temática de muros e demais edificações que demarcam fronteiras através do seu aspecto simbólico e afetivo.

² "The image of clean lines nevertheless prevails as a regulative ambition of modern political life. We belong here. You belong there. They belong elsewhere. We may let you in. They will be sent home. Everyone must know their place, not just in the hierarchies of status, class and social order, but literally in horizontal or territorial space." (WALKER 2006, p. 57)

³ "In this model, fear works as an imperative for the formation of government: fear would be the 'cost' of anarchy and the promise of civil society is the elimination of fear. As such, subjects consent to being governed: they give up freedom in order to be free from fear. In both models, fear functions as a technology of governance: the sovereign power either uses fear to make others consent to that power, or civil society promises protection, and the elimination of fear, to ensure consent." (AHMED 2014, p. 71)

⁴ “Fear creates the very effect of ‘that which I am not’, through running away from an object, which nevertheless threatens as it passes by or is displaced. To this extent, fear does not involve the defence of borders that already exist; rather fear makes those borders, by establishing objects from which the subject, in fearing, can flee.” (AHMED 2014, p. 67)

⁵ “[...] the bounded political community constructs (and is constructed by) the other. Beyond its boundaries, the other lurks as a perpetual threat in the form of other states, antagonistic groups, imported goods, and alien ideas.” (INAYATULLAH, BLANEY 2004, p. 6)

⁶ “Here, the hyperbolized figure of the immigrant is especially potent, where the terrorist fuses with the job-stealer, criminal, and neighborhood malingerer, and where, conversely, false promises of restored economic potency mix with false promises of restored racial and gender supremacy.” (Brown 2018, p. 69)

⁷ “Almost all the hard questions of our time therefore converge on the status of borders: of boundaries, distinctions, discriminations, inclusions, exclusions, beginnings, endings, limitations and exceptions, and on their authorization by subjects who are always susceptible to inclusion or exclusion by the borders they are persuaded to authorize.” (WALKER 2006, p. 57)

⁸ Aqui, as abordagens de inspiração Lacaniana ajudam a aprofundar a análise através de conceitos como “fantasia”, “desejo” e “*jouissance*”, como elaboro no restante da seção. Para uma abordagem mais aprofundada dos mesmos, ver Eberle (2017) e Hook (2017).

⁹ “There would be no cohesive viable group sensibility without such shared fantasies and modes of *jouissance*—there would only be a disaggregated set of individuals. Which is to say that fantasies, like the modes of *jouissance* they frame and organize are constitutive of a collectivity.” (HOOK 2017, p. 10)

¹⁰ Aqui, o argumento do autor se baseia na concepção lacaniana da relação entre desejo e fantasia.

¹¹ “[...] the Lacanian subject is ontologically in a state of lack, void of cohesive and fixed identity and thus in a continuous search of filling this void, of overcoming the impossibility of identity” (STAVRAKAKIS 1999, p. 13-47, citado em MANDELBAUM 2020, p. 51)

¹² “[...] the threat that the racial other is thought to pose is invariably defined relative to the ego-ideals of a given society, to those symbolic values for which members of the society are willing to live and die for. Differently put, racist *jouissance* plays its part in the symbolic labor of consolidating a community, of ensuring a kind of identity.” (HOOK 2017, p. 10)